

DECLARAÇÃO PARA UM PACTO DE LETICIA COM OS POVOS INDÍGENAS AMAZÔNICOS, AFRO-DESCENDENTES, QUILOMBOLAS E ANDINOS

Em 2019, os governos de sete países (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Suriname e Peru) assinaram o **Pacto de Leticia**, com o objetivo declarado de enfrentar a situação ambiental adversa causada pelos incêndios devastadores registrados naquele mesmo ano na Bacia Amazônica¹. Embora seja verdade que há necessidade de articular os esforços dos países da região para a proteção de nossa Amazônia; o Pacto, tal como foi concebido e está sendo implementado, carece de participação e representatividade, pois não está sendo desenvolvido com base em um diálogo ampliado e intercultural com os diferentes atores de cada país da Bacia Amazônica. O que é fundamental para que represente os diversos olhares dos seus habitantes e, por isso mesmo, tenha possibilidade de sucesso.

Nesse sentido, é importante lembrar que o bioma Amazônia sofre fortes pressões devido à predominância de atividades econômicas depredatórias e insustentáveis², especialmente a pecuária e produção de *commodities* como a soja em larga escala, muitas vezes associadas ao corte ilegal de madeira, especulação fundiária e conflitos socioambientais em territórios de povos indígenas e outras comunidades tradicionais. Da mesma forma, o desmatamento e os conflitos socioambientais na Amazônia têm sido alimentados por grandes projetos de infraestrutura, como a construção de estradas, hidrovias e portos, ferrovias e barragens. Outra ameaça às florestas e aos rios, inclusive nos territórios indígenas e de outros povos tradicionais, é a expansão desenfreada da mineração - praticada tanto pela mineração ilegal como pelas grandes corporações - assim como das atividades extrativistas de hidrocarbonetos³.

Tudo isso está desequilibrando o frágil sistema ecológico da floresta tropical. Somente em 2020, a Amazônia perdeu quase 2,3 milhões de hectares de floresta primária nos 9 países amazônicos, o que representa um aumento de 17% em relação ao ano anterior (2019), e o terceiro maior valor desde 2000⁴. Portanto, com base nestes fatos, entendemos ser necessário que iniciativas como o Pacto reúnam todas as vozes e exigências da nossa região.

Por sua vez, a Bacia Amazônica abriga diferentes povos indígenas, afro-descendentes, camponeses, entre outros importantes grupos sociais, cujos direitos são atualmente ameaçados, reduzidos e violados devido à presença de atividades econômicas extrativistas legais e ilegais. Nesse sentido, a destruição da floresta tem levado a um aumento dos casos de assassinatos de defensores do meio ambiente e de povos indígenas comprometidos com a conservação ambiental, bem como à proliferação de conflitos socioambientais devido à desapropriação de terras e à contaminação dos recursos naturais.

Brasil, Colômbia e Peru são atualmente os países mais perigosos para líderes indígenas e não indígenas cujo trabalho em defesa do meio ambiente e do território está seriamente ameaçado. Assim, a Colômbia lidera o número de assassinatos registrados em 2020 com 65 casos, enquanto o Brasil tem 20 casos documentados e o Peru tem 6⁵. Vale a pena mencionar que estes números podem de facto ser subnotificados devido a ameaças e ataque⁶ que não são reportados às autoridades locais devido a limitações na liberdade de imprensa e à ausência de registros independentes.

No entanto, esta situação não tem feito parte dos discursos feitos nas diversas cúpulas do Pacto de Leticia, apesar do trabalho de defensores ambientais e defensores indígenas para a conservação dos ecossistemas amazônicos e, conseqüentemente, para mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

A tudo isso, em países como Brasil e Peru, devemos acrescentar a regressão das instituições democráticas e da governança, enfraquecendo ou eliminando instrumentos para a proteção do meio

¹ <https://dar.org.pe/wp-content/uploads/2021/07/Leticia11.pdf>

² Exploração madeireira, mineração e indústrias extrativistas, água e barragens, culturas ilegais, agronegócios, entre outras causas econômicas (Global Witness Setembro 2021). Ver link web: <https://www.globalwitness.org/es/last-line-defence-es/>

³ Atualmente, o Pacto não incluiu esse diagnóstico em sua narrativa.

⁴ <https://maaproject.org/2021/amazon-2020/>

⁵ <https://www.globalwitness.org/es/last-line-defence-es/>

⁶ El silenciamiento de los y las defensoras nacen de tácticas como “las amenazas de muerte, vigilancia, violencia sexual o criminalización” (Ver Informe setiembre 2021 de Global Witness, p.10)

ambiente e dos direitos humanos - como o reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas e outras comunidades tradicionais, o direito à consulta e consentimento livres, prévios e informados, e mecanismos de combate aos crimes ambientais e à violência contra defensores do meio ambiente, bem como espaços de diálogo e participação. Como resultado, as decisões estão sendo tomadas à custa do enfraquecimento socioambiental e sem espaços para o planejamento intercultural e multi-stakeholder.

Por outro lado, o Pacto de Leticia está avançando através do financiamento de instituições como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Verde para o Clima (GCF), promovendo a bioeconomia. Esta iniciativa, como tem sido discutida em outros espaços, deve ser coerente com a visão dos planos de vida dos povos indígenas, de modo que demonstre uma intenção de mudar a situação atual, que deve ser discutida a fim de melhorar e gerar ações conjuntas de múltiplas partes interessadas.

Nesse sentido, as organizações signatárias consideram que o Pacto não leva em conta os desafios políticos que exacerbam a crise socioambiental na região. Desta forma, o espírito e o conteúdo do Pacto apresentam contradições fundamentais que devem ser urgentemente alteradas em benefício da população indígena, afro-descendentes, quilombolas, agricultores familiares e outros grupos importantes do campo e das cidades da Bacia Amazônica.

Com base nesse contexto, as organizações, povos, povos indígenas, quilombolas, afro- descendentes e pesquisadores científicos fazemos nossas observações e propostas ao **Pacto de Leticia**, que não está sendo implementado de forma inclusiva e consensual, o que consideramos condição básica para gerar mudanças. Em suma, observamos em relação ao processo de elaboração e conteúdo do Pacto de Leticia, até o presente momento:

- A. **Falta de espaços para o diálogo intercultural ao longo de todo o processo.** O Pacto de Leticia está sendo desenvolvido sem um diálogo multi-stakeholder nos diferentes países da região. Prova disso é que em outubro deste ano foi realizada a III Cúpula do Pacto, da qual participaram apenas representantes dos Estados membros, bem como representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento e representantes do governo do Reino Unido; mas não contou com a participação dos povos indígenas, comunidades afrodescendentes e comunidades locais que, como mencionado anteriormente, são as mais afetadas no atual contexto de crise. A participação da sociedade civil e da comunidade científica simplesmente não está acontecendo. O que é considerado um erro que o Pacto não esteja sendo desenvolvido de forma ampla e inclusiva com base nas diversas perspectivas da Amazônia.
- B. **Falta de diálogo entre as diversas partes interessadas para integrar iniciativas que promovam a defesa e o cuidado da Amazônia.** É fundamental mencionar que atualmente, tanto as comunidades locais quanto a comunidade científica desenvolveram materiais e ferramentas para o cuidado da biodiversidade, que também propõem alternativas para as atividades que estão depredando nossa Amazônia. Além disso, é importante lembrar que este ano no Congresso Mundial de Conservação, a União Internacional para Conservação da Natureza (UICN) aprovou a moção para proteger, conservar e administrar de forma sustentável pelo menos 80% da Amazônia até 2025, em colaboração com e reconhecendo a liderança dos povos indígenas na Amazônia, garantindo seu consentimento livre, prévio e informado. Nesse sentido, essas iniciativas devem fazer parte do diálogo e da implementação do Pacto.
- C. **Falta de ênfase na necessidade urgente de reconhecimento e regularização dos direitos territoriais dos povos indígenas e outras comunidades tradicionais, como instrumento essencial para a proteção das florestas e dos rios da Amazônia;** bem como a necessidade de eliminar incentivos governamentais que geram conflitos de terra e especulação fundiária, como o reconhecimento do desmatamento como "benfeitoria" para fins de concessão de títulos a terras públicas, e tentativas de "abrir" territórios indígenas para exploração mineral e de hidrocarbonetos, hidreletricidade e agronegócio de commodities.
- D. **Falta de reflexão e inclusão dos desafios atuais para os defensores ambientais e indígenas.** Como explicado acima, os países da Amazônia estão entre os mais perigosos do mundo em termos de defesa da terra e dos recursos naturais que ela proporciona, razão pela qual existe uma necessidade atual de fortalecer as iniciativas de proteção dos direitos humanos, onde os Estados e os investimentos têm sua responsabilidade. Contudo, esta situação não está incluída no desenvolvimento do Pacto, nem nos discursos proferidos pelos representantes no âmbito do

acordo. É, portanto, necessário acompanhar e reforçar o papel dos defensores do ambiente.

- E. **Falta de visão clara sobre como as iniciativas de bioeconomia irão interagir de forma justa e respeitosa com as comunidades amazônicas e suas iniciativas de "bem viver" e planos de subsistência;** e como irão envolver as populações urbanas em termos de empregos economicamente sustentáveis, mercados consumidores de produtos de biodiversidade, e não apenas exportações.
- F. **Falta de estratégia clara sobre "infraestrutura sustentável",** incorporando lições e evitando repetir erros históricos, como na construção de rodovias e hidrelétricas; e superar o contexto de retrocessos nas políticas socioambientais em vários países, como no caso do Brasil.

Com base no acima exposto, propomos o seguinte:

1. **Estabelecer processo de diálogo multi-stakeholder para rever o Pacto e suas estratégias de implementação,** superando lacunas e contradições em seu conteúdo e modelo de governança, abordando com clareza os *vetores* do desmatamento, dos incêndios e dos conflitos socioambientais, e valorizando iniciativas inovadoras dos povos amazônicos, com a participação efetiva dos indígenas e de outras comunidades e movimentos, bem como das organizações da sociedade civil e da comunidade científica.
2. **Tornar o planejamento do Pacto transparente a nível nacional e garantir mecanismos de monitoramento e avaliação participativos e independentes:** tanto o Pacto de Letícia como as cúpulas realizadas não foram apresentados à sociedade civil de cada país para serem discutidos e validados, o que implica uma falta de conhecimento e dúvidas sobre o Pacto. É necessário tornar a informação transparente. Como parte de seu modelo de governança, **garantir mecanismos de monitoramento e avaliação participativos e independentes sobre a implementação do Pacto.**
3. **Incluir instrumentos, estratégias e metas para garantir o reconhecimento e a regularização dos direitos territoriais dos povos indígenas e outras comunidades tradicionais,** bem como a eliminar incentivos governamentais que gerem conflitos e especulação fundiária, como elementos fundamentais para alcançar o objetivo do **Pacto de Letícia** de proteger as florestas e os rios da Amazônia.
4. **Inclusão de iniciativas dos povos indígenas para a proteção da Amazônia,** como o reconhecimento e o compromisso da IUCN com a conservação, proteção e manejo sustentável de 80% da Amazônia até 2025, o que envolve todos os estados da região, assim como atores privados com presença na bacia amazônica.
5. **Proteção dos defensores ambientais e indígenas:** É necessário que o Pacto, assim como cada marco político e documentos de planejamento relacionados, incluam a situação de risco dos defensores, a fim de articular e promover ações de proteção. O Acordo de Escazú é um elemento chave para o desenvolvimento do Pacto.
6. **Incorporação de uma visão inclusiva da bioeconomia** que envolva as comunidades amazônicas de forma justa e respeitosa, priorizando suas iniciativas de bem viver e modos de vida; bem como a geração de empregos e renda de qualidade nas cidades amazônicas, como espaços para a transformação e consumo de produtos da biodiversidade. Ao mesmo tempo, a **eliminação de créditos e incentivos fiscais ao desmatamento, com apoio para a recuperação de áreas degradadas.**
7. **Construir uma estratégia clara e inovadora de infraestrutura sustentável e inclusiva** em nível local e regional, incorporando lições para evitar a repetição de erros históricos, com prioridade para as necessidades e iniciativas de subsistência das comunidades amazônicas no campo e nas cidades.

Firman:

1. Amazónicos por la Amazonía – AMPA
2. ANECAP - Asociación Nacional de Ejecutores de Contrato de Administración de Reservas Comunales del Perú.
3. Asociación Pro derechos Humanos - APRODEH - Perú
4. Asociación Ambiente y Sociedad - Colombia

5. Asociación Arariwa - Perú
6. Asociación Civil Centro de Cultura Popular Labor - Perú
7. AIDSESP - Asociación Interétnica de la Selva Peruana - Perú
8. Asociación Interamericana para la Defensa del Ambiente: Colombia - Brasil - Ecuador
9. Associação Indígena Pariri Munduruku - Brasil
10. Asociación Unión de Talleres 11 de Septiembre - Bolivia
11. Bank Information Center – US
12. Associação de Favelas SJCampos SP
13. Barranquilla+20 – Colombia
14. Coalición para los Derechos Humanos en el Desarrollo - Internacional
15. Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Práctica - Perú
16. Centro de Formação do Negro e Negra da Transamazônica e Xingu - Brasil
17. Centro de Documentación en Derechos Humanos "Segundo Montes Mozo SJ" (CSMM) - Ecuador
18. CEDLA - Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario – Bolivia
19. CEDIA - Centro para el Desarrollo del indígena Amazónico - Perú
20. CIEL - Center for International Environmental Law - Estados Unidos
21. Coletivo de Mulheres do Xingu - Brasil
22. Comitê de Energia Renovável do Semiárido - Brasil
23. CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos - Brasil
24. Conectas Direitos Humanos - Brasil
25. CooperAcción - Perú
26. CIDOB - Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia
27. CONFENIAE - Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonía Ecuatoriana
28. CGTP - Confederación General de Trabajadores del Perú
29. Coordenação de Direitos Humanos, Ações Afirmativas e Diversidades - Brasil
30. Derecho, Ambiente y Recursos Naturales - Perú
31. Due Process of Law Foundation - Regional
32. Ecologia e Ação - ECOA - Brasil
33. Elcena Jeffers Foundation
34. Florida International University - Estados Unidos
35. Foro Ecológico del Perú
36. Fundación CONSTRUIR de Bolivia
37. GT-Infraestructura y Justicia Socioambiental - Brasil
38. Instituto Aroeira Brava - Brasil
39. Instituto de Abogados para la Protección del Medio Ambiente, INSAPROMA - República Dominicana
40. Instituto de Defensa Legal del Ambiente y el Desarrollo Sostenible Perú- Ildads - Perú
41. Instituto Federal do Ceará - Brasil
42. Instituto Latinoamericano para una Sociedad y un Derecho Alternativos (ILSA) - Colombia
43. Instituto Madeira Vivo - Brasil
44. International Rivers - Brasil
45. Instituto Maíra - Brasil
46. IAP- International Accountability Project - Global
47. Más Integridad MX - México
48. Movimento Pró Ivaí/Piquiri - Brasil
49. Movimento Tapajós Vivo - Brasil
50. Mouvement Pour la Lutte Contre l'Injustice
51. Movimento Xingu Vivo Para Sempre - Brasil
52. Mutirão pela Cidadania
53. OSLADE - Observatorio Sociolaboral y del Diálogo Social en el Ecuador
54. Observatorio Sociopolítico Latinoamericano - Colombia
55. OPIAC - Organización Nacional de los Pueblos Indígenas de la Amazonia Colombiana - Colombia
56. ORAU - Organización Regional Aidesep Ucayali - Perú
57. ORPIO - Organización Regional de Pueblos Indígenas del Oriente - Perú
58. Oil Workers' Rights Protection Organization Public Union - Azerbaijan
59. Paz y Esperanza - Perú

60. Plataforma CIPÓ - Brasil
61. PLADES - Programa Laboral de Desarrollo - Perú
62. Protection International - Colombia
63. Reacción Climática - Bolivia
64. Red Muqui - Perú
65. REPAM - Rede Eclesial Pan-amazônica - Brasil
66. Red y Alianza de Líderes por el Progreso de Colombia
67. Salvaginas Colectiva Ecofemista - Bolivia
68. Sustentarse - Chile
69. UFMT-Brasil
70. Unimontes - Universidade Estadual de Montes Claros - Brasil
71. UFRR - Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena - Brasil
72. Universidade Federal do Tocantins - Brasil
73. Water Justice and Gender - Global.